



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122382 - DF (2019/0384755-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : V P DA S (PRESO)
ADVOGADO : DOCK DENILCES TELES GONCALVES - DF039415
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ART. 129, § 9.º, DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA E FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA, NO CASO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA, NA HIPÓTESE. IRRESIGNAÇÃO QUANTO A FIANÇA. INSUBSISTÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por V. P. DA S. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios no HC n.º 0724577-68.2019.8.07.0000.

O Recorrente foi preso em flagrante em 09/10/2019 (convertido o flagrante em prisão preventiva em 11/10/2019), pela suposta prática do delito descrito no art. 129, § 9.º, do Código Penal c.c. os arts. 5.º e 7.º da Lei n.º 11.340/2006 – crime de lesão corporal em contexto de violência doméstica. Consoante o Magistrado singular, em suma, o Recorrente "*teria batido violentamente na vítima, ocasionando-lhe graves lesões no seu rosto*" (fl. 57).

Indeferido o pedido de revogação da custódia cautelar (fls. 49-51), a Defesa impetrou prévio *writ* perante a Corte de origem, que denegou a ordem nos termos do acórdão (fls. 86-92).

Nas suas razões, o Recorrente, inicialmente, requer a sua soltura sob o argumento de que teria sido arbitrada fiança na esfera policial e que, por "*ser pobre e não ter tido condições financeiras de arcar com a fiança, se encontra até então recolhido ao cárcere*" (fl. 98).

No mais, alega que não estão presentes os requisitos necessários à decretação da prisão preventiva. Ressalta que ostenta condições pessoais favoráveis e que não há indícios de que "*atrapalhará as investigações ou se locomoverá para local incerto*" (fl. 103). Afirma, ainda, a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas.

Requer, em liminar e no mérito, o provimento do recurso, com a concessão de liberdade provisória, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

A liminar foi indeferida pelo Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, no recesso

forense (fl. 158).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (fls. 160-163).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não prospera.

A decretação ou a manutenção da prisão preventiva depende da configuração categórica de um ou mais dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para isso, o Julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o indiciado ou acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

No caso, o **Juízo de primeiro grau converteu o flagrante em prisão preventiva** sob a seguinte fundamentação (fls. 57-58; sem grifos no original):

*"[...] Com efeito, **há necessidade da segregação cautelar do agente, em razão de sua periculosidade, extraída das circunstâncias que envolvem o caso concreto e do histórico de violência doméstica e familiar.** Na data dos fatos, segundo consta dos autos, o custodiado teria batido violentamente na vítima, ocasionando-lhe graves lesões no seu rosto, conforme se verifica das fotos acostadas aos autos. No ponto, cabe ressaltar que, apesar de a vítima e o autuado terem apresentado uma versão que o exime de culpa, tendo em vista que ela teria ficado machucada em virtude de uma queda da escada, essa versão não é, ao menos à primeira vista, compatível com as lesões apresentadas pela vítima. Ainda, segundo relato da filha da vítima, ela teria ouvido barulhos vindos da residência do casal, mas não foi até o local no momento. Mais tarde, foi informada de que a vítima estava toda machucada e ensanguentada, apresentando um corte no lábio inferior. Ao ir até o local, sua mãe teria admitido ter sido agredida, contudo, quando ela disse que iria chamar a polícia, a vítima mudou sua versão dos fatos para proteger o agressor. Ressalte-se que, pelo que se verifica dos autos, essa não foi a primeira vez que o autuado agrediu a vítima, sendo que ele, inclusive, já teria tentado matá-la, tendo sido impedido por Lucas naquela ocasião. Ademais, em julho deste ano o autuado foi preso em flagrante (2019.12.1.001472-4) após agredir a vítima, mas, em audiência de custódia realizada no dia 14/06/2019, lhe foi concedida a liberdade provisória e não foram fixadas medidas protetivas, tendo em vista a inexistência de interesse da vítima. **Os fatos narrados no presente APF são gravíssimos e a prisão preventiva do autuado é necessária para garantir a ordem pública e a integridade física e psicológica da ofendida, mormente pelo fato de que ela e o seu agressor não admitem a situação de agressão, a demonstrar que a mera fixação de medidas protetivas não serão suficientes para a proteção da vítima.** [...]. Ante o exposto, converto em preventiva a prisão em flagrante de VALMIR PEREIRA DA SILVA [...]."*

Ao **indeferir o pedido de revogação** da prisão preventiva, o Magistrado singular destacou o que se segue (fls. 50-51; sem grifos no original):

"[...] a segregação do investigado se mostra necessária e adequada para a garantia da execução das medidas protetivas de urgência, bem assim pela necessidade de se garantir a ordem pública, sobretudo o de que está claro que medidas cautelares diversas da prisão não terão o condão de impedir novas agressões, impondo-se a constrição cautelar, com especial razão, para resguardar a integridade física e psicológica da ofendida.

Os elementos informativos apontam a **demonstração concreta de nítida reiteração delitiva por parte do ofensor**, bem assim que **o relacionamento conjugal dos jurisdicionados é permeado por violência em suas diversas formas**, fatores que indicam o risco à vítima de que mal maior possa ocorrer, e, por conseguinte, coloca em risco a ordem pública.

[...]

Destaco, ainda, a gravidade das lesões corporais sofridas pela vítima, as quais foram noticiadas pela testemunha Fabiana, filha da vítima, além das condições pessoais da ofendida, a qual é portadora de vários problemas de saúde, consoante documento ID 48396979.

Assim, o Estado deve agir para evitar que um mal maior aconteça, o que se mostra verossímil, ante a notícia de que **o ofensor, de forma livre e consciente, vem reiteradamente praticando crimes contra a ofendida**, sendo que inclusive **já responde a uma ação penal em trâmite neste Juízo (processo nº 2019.12.1.001472-4)**.

[...]

Ademais, os autos noticiam que o ofensor além de todas as condutas delitivas que praticou até o registro da ocorrência policial que ensejou a instauração da ação penal nº 2019.12.1.001472-4, **praticou novos atos de agressão física contra a companheira**, conforme o teor do relato prestado pela testemunha Fabiana, filha da vítima, perante a autoridade policial no bojo dos autos nº 0704449-89.2019.8.07.0012.

Desse modo, **a gravidade concreta das condutas** imputadas ao ofensor e, ainda, o **risco de reiteração delitiva** demonstraram a sua periculosidade e o periculum libertatis e são fatores que justificam a prisão preventiva para o resguardo da ordem pública, bem assim para garantir a eficácia das medidas protetivas de urgência, a fim de **interromper a escalada de violência no ambiente doméstico e preservar a integridade física e psicológica da vítima**."

O Tribunal de origem, ao manter a segregação cautelar, assentou a "necessidade de resguardar a ordem pública em face do **perigo da reiteração delitiva**, em especial na hipótese de violência doméstica, visando à preservação da higidez física e psicológica da ofendida" (fl. 90; sem grifos no original).

Como se percebe, a custódia cautelar foi devidamente fundamentada, nos exatos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, para a garantia da ordem pública, diante da **gravidade concreta da conduta e do fundado receio de reiteração delitiva**.

Com efeito, o Juízo de primeiro grau assinalou que o Recorrente "teria batido violentamente na vítima [sua companheira], ocasionando-lhe graves lesões no seu rosto" e que essa não foi a primeira agressão, pois o Acusado, em outra oportunidade, "já teria tentado matá-la". O Magistrado singular acrescentou que, "em julho deste ano o autuado foi preso em flagrante (2019.12.1.001472-4) após agredir a vítima", portadora de vários problemas de saúde, e que o "ofensor, de forma livre e consciente, vem reiteradamente praticando crimes contra a ofendida, sendo que inclusive já responde a uma ação penal em trâmite neste Juízo."

Nesse passo, registre-se que, consoante a orientação do Supremo Tribunal Federal, "a periculosidade do agente, evidenciada pelo modus operandi, e a probabilidade concreta de reiteração na prática criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia cautelar" (HC 137.131/RS-AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe 16/05/2017).

Confirmam-se, ainda, os seguintes julgados desta Corte Superior de Justiça:

"PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. CÁRCERE PRIVADO E LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. REITERAÇÃO DELITIVA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

4. *No caso, a decisão que impôs a prisão preventiva destacou que o recorrente responde a outras ações penais por violência doméstica, evidenciando sua reiterada atividade delitiva. Assim, faz-se necessária a segregação provisória como forma de acautelar a ordem pública.*

[...]

6. *Recurso desprovido.*" (RHC 120.123/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 19/12/2019; sem grifos no original).

"[...]

II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - Nos termos do art. 313, inciso III, do Código de Processo Penal, é admitida a decretação de prisão preventiva 'se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência'.

IV - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora paciente acarretaria risco à ordem pública, notadamente se considerada sua periculosidade concreta, seja pelo fato da vítima sofrer com: 'constantes violências físicas, psicológicas e sexuais, praticadas inclusive na presença de seus filhos', seja pela 'reiteração da conduta criminoso, com um aparente agravamento da violência dirigida contra a vítima, bem como a crueldade e a perversidade reveladas pelo fato de o investigado, não contente em agredir a esposa, gravar essas agressões em vídeo e foto' circunstâncias mais do que suficientes para indicar a necessidade de sua custódia cautelar para garantir a ordem pública, bem como a segurança física e psicológica da ofendida.

[...]

Habeas corpus não conhecido." (HC 551.189/MG, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (Desembargador convocado do TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 26/02/2020; sem grifos no original).

Nesse contexto, consideradas as circunstâncias do fato e a gravidade da conduta, não se mostra suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares diversas.

Sobre a questão: "[m]ostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando a segregação encontra-se fundada na gravidade efetiva do delito, indicando que as providências menos gravosas seriam insuficientes para acautelar a ordem pública e evitar a prática de novas infrações" (HC 550.014/RJ, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 17/03/2020).

Igual conclusão foi exarada pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, no parecer que ofereceu nos autos, ao ressaltar que, "[o]ra, havendo notícia de que o paciente já inclusive tentou

chegar a matá-la em outra ocasião, ressaltando-se o seu histórico delitivo contra a ofendida, tem-se pela idoneidade da fundamentação que decretou a preventiva, não se mostrando suficiente, no caso concreto, a mera imposição de medidas cautelares alternativas" (fl. 162).

Outrossim, a existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não têm o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela. A propósito: HC 555.372/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 16/03/2020.)

Por fim, também não subsiste a alegação de que o Recorrente estaria preso por não ter condições financeiras de arcar com a fiança arbitrada.

Consoante a jurisprudência desta Corte, "[...] *a imposição da fiança, quando afastada pelo Magistrado os requisitos/pressupostos da prisão preventiva, não tem o condão de justificar a manutenção da prisão cautelar, em especial quando o réu declarou-se pobre e permaneceu segregado ante o inadimplemento do valor estipulado*" (AgRg no HC 561.310/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 02/03/2020), **não sendo essa a hipótese dos autos**, em que, como visto acima, a manutenção da prisão cautelar restou justificada em razão da presença dos requisitos legalmente previstos, e não pelo alegado inadimplemento de fiança.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora